



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022
(Do Sr Júlio César)

Requer a realização de Audiência Pública para debater e discutir as taxas de juros praticadas no Brasil.

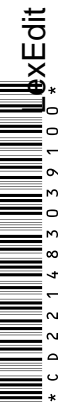
Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, visando ampliar o debate acerca das taxas de juros praticadas no Brasil, os representantes das seguintes instituições:

- 1) **Roberto Campos Neto** – Banco Central do Brasil, Presidente;
- 2) **FEBRABAN** – Isaac Sidney Menezes Ferreira, Presidente;
- 3) **Maria Lucia Fatorell** – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida;
- 4) **Tribunal de Contas da União** – Representante;
- 5) **Instituto Fiscal Independente** – Representante;

J U S T I F I C A T I V A

O objetivo dessa audiência pública é discutir as taxas de juros em contratos e operações financeiras praticadas no Brasil. As taxas de juros de mercado correspondem a um dos principais preços da economia, pois os juros refletem o custo do dinheiro.

Em uma conjuntura em que o mundo desenvolvido tem praticado juros negativos, exatamente para estimular a economia, as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil, aliadas aos mecanismos de remuneração da sobra de caixa dos bancos (por meio





das chamadas “operações compromissadas” e dos “depósitos voluntários remunerados”), têm paralisado a economia brasileira, condenando o país e a sociedade a condições de endividamento completamente insustentáveis.

As altas taxas de juros têm sido o principal fator de crescimento da dívida pública. O próprio Banco Central já revelou que cada 1% de elevação da Taxa Selic aumenta em R\$ 34,9 bilhões o gasto anual com juros da Dívida Líquida do Setor Público.

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,5	-0,14	6,1	0,11
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	34,9	0,40	33,8	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	15,5	0,18	15,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202202_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Enquanto países desenvolvidos continuamente tomam empréstimos para investir na economia, gerando resultado em termos de desenvolvimento socioeconômico, geração de emprego e renda – no Brasil novos títulos têm sido sucessivamente emitidos para pagar juros e amortizações de dívidas anteriores, além de alimentar outros mecanismos do Sistema da Dívida.

Em 2021, o governo federal gastou R\$ 1,96 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, o que representa um aumento de 42% em relação ao valor gasto em 2020, que por sua vez já tinha sido 33% superior a 2019. Portanto, nos últimos dois anos, os gastos financeiros com a dívida federal quase dobraram. Apesar desses vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para R\$ 7,643 trilhões.



A Taxa Selic tem sido elevada de forma irresponsável sob a falsa justificativa de “conter inflação”. Aumentar a taxa Selic sob a justificativa de conter a inflação de preços existente no Brasil vem se mostrando ineficaz. Em um País historicamente marcado pela desigualdade, a inflação deve preocupar a todos os brasileiros. Tanto a inflação quanto o processo para sua contenção implicam efetivo aprofundamento de disparidades socioeconômicas.

O sistema financeiro é altamente beneficiado pela cobrança abusiva dos juros. Os cinco maiores bancos do país (Caixa, Banco do Brasil, Santander, Itaú e Bradesco) lucraram juntas mais de R\$ 79,3 bilhões no ano de 2020, durante o período mais acentuado da pandemia, aonde o isolamento social e a paralisação das atividades econômicas, colocaram o Brasil e o Mundo em grandes desafios a serem superados.

Na contramão dos resultados positivos em 2020, foi observado que estas instituições fecharam mais de 1.364 agências bancárias em todo país reduzindo mais de 11 mil postos de trabalho.

Os cartões de crédito e cheque especial são as duas linhas mais utilizadas pelos consumidores e estão relacionadas aos índices elevados de endividamento da população. A taxa média de juros cobradas nos cartões de crédito chegou a 398,4% ao ano em agosto. É o maior patamar desde agosto de 2017. O custo subiu 3,5 pontos percentuais e encareceu 62,9 pontos percentuais em 12 meses, segundo dados pelo Banco Central em Agosto de 2022. Também houve aumento no custo do cheque especial, que passou de 127,4% para 128,6% ao ano, em média.

Portanto se faz necessário o debate sobre os juros praticados em nosso país.

Sala das Comissões, em de de 2022

